

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
MUSEU NACIONAL

dupl

As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional

m. 4

CONFERÊNCIA
L. DE CASTRO FARIA
Naturalista do Museu Nacional



1949

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil

d

AS EXPOSIÇÕES DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MUSEU NACIONAL *

Senhoras — Senhores:

Quis a ilustre colega que dirige esta casa confiar-me a tarefa, aparentemente simples, de apresentar as novas exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional. Singelo na aparência, o tema envolve, contudo, dificuldades sem conta. Posso afirmar que para vencê-las não poupei esforços, mas seguro não estou de ter atingido a finalidade proposta. Aquêles que me ouvem julgarão com justeza e acêrto o pouco que pude fazer.

A reabertura das novas exposições de antropologia oferece-nos o ensejo de reviver, num debuxo de mão pouco segura, o que foi o passado; de expor a verdade sôbre o presente e até mesmo, num *estudo*, digamos subjetivista, de revelar como se nos afigura o futuro.

Na época da fundação do Museu seria natural o descaso pelos aspectos menos práticos das ciências. Poucas atenções mereceriam aquelas cujas finalidades não conduzissem a benefícios facilmente entrevistos. Os homens de govêrno tinham, então, diante de si uma obra grandiosa — criavam um novo reino.

A preocupação utilitária é bem evidente no texto algo prosaico da fundação dêste instituto — «Querendo propagar os conhecimentos e estudos das Ciências Naturais do Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em beneficio do Comércio, da Indústria e das Artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça um Museu Real»...

Incorporados na mesma ocasião ao Museu «todos os instrumentos, máquinas e gabinetes» existentes na cidade, e que serviam ao ensino, a primeira fase da existência da nossa instituição transcorreu sem brilho, tolhidas as iniciativas de maior vulto pela escassez ou mesmo falta de recursos financeiros — ontem como hoje.

A célebre coleção mineralógica de WERNER, adquirida para o ensino na Academia Militar, era o orgulho do Museu Real e durante

* Conferência pronunciada no dia 14 de abril de 1947, por ocasião da reabertura das novas exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional, e como parte das solenidades comemorativas da *Semana do Índio*.

muito tempo provavelmente a única coleção cientificamente organizada do seu acervo heterogêneo.

Parece certo, entretanto, que já desde os primeiros anos coleções de objetos indígenas, reunidos como curiosidades, figurassem no Museu — não seriam, porém, senão muito mais tarde, como tôdas as demais, expostas ao público.

Enquanto duas salas térreas, do velho prédio do Campo de Santana, estiveram abertas ao público desde os primeiros tempos do Museu, com modelos de máquinas industriais, por iniciativa do muito abnegado fundador da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (que pelo visto pouco conseguiu...), as coleções científicas do estabelecimento só três anos depois d'ele fundado, isto é, em 1821, poderiam ser visitadas. Assim foi deliberado:

«Manda Sua Alteza Real o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, participar ao Conselheiro Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários, que houve por bem, aprovando o expediente que expôs no seu ofício de 16 do corrente, que faculte a visita do Museu, na quinta-feira de cada semana, desde as 10 horas da manhã até 1 da tarde, não sendo dia santo, a tôdas as pessoas, assim estrangeiros como nacionais, que se fizerem dignas pelos seus conhecimentos e qualidades; e que para conservar-se em tais ocasiões a boa ordem e evitar-se qualquer tumulto, tem o mesmo Senhor ordenado pela repartição da Guerra que no referido dia se mandem alguns soldados da Guarda Real de Polícia para fazer manter ai o sossêgo que é conveniente» (24 de outubro de 1821).

Como se vê as restrições eram muitas — um dia por semana, quando não fôsse santificado, «pessoas dignas pelos seus conhecimentos e qualidades» e ainda por cima soldados da Guarda Real para manter o sossêgo...

A abertura das primeiras salas daquele modesto Museu Real ao público, representou, para seus dirigentes, o prenúncio de época mais promissora.

Cêrca de um ano depois estava proclamada a independência do país e de fato o Museu começou desde então a trilhar caminho mais fácil, enriquecendo prodigiosamente o seu patrimônio.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, como ministro do Império, dirigira-se a todos os naturalistas que então percorriam as nossas terras — entre êles NATTERER, LANGSDORFF, SELLOW — solicitando material para o Museu e oferecendo, como recompensa, tôdas as facilidades oficiais que pudessem favorecer os seus trabalhos no interior das províncias.

De tôda parte recebia o Museu as mais diversas ofertas, e é de supor que os objetos indígenas não fôssem em número pequeno, muito embora justamente nessa época os sonhos de rápido progresso

industrial (*sonhos* ainda hoje) tivessem firmado o seu domínio, fazendo parecer supérfluas considerações de outra ordem.

Parece que a atenção do diretor — JOÃO DA SILVEIRA CALDEIRA — não se desviara, entretanto, da parte relativa ao preparo das exposições públicas. Referindo-se a êle diz LADISLAU NETTO — «Êle compreendeu desde logo que o empenho mais elevado e mais proficuo desta instituição devia ser o encargo de ilustrar o povo, dando-lhe pela melhor classificação e disposição dos objetos que possuía uma idéia aproximada dos dons e magnitudes da natureza de sua pátria».

Por essa época o Imperador D. PEDRO I oferece ao Museu a valiosíssima coleção egíptológica, que ainda hoje figura nas nossas salas. Com exceção de um único sarcófago, que foi de D. PEDRO II, e de mais algumas peças, tudo mais foi arrematado em hasta pública no pórto do Rio de Janeiro em 1824 e permanece o mesmo até os dias atuais.

Outra iniciativa dessa época deve ter contribuído de maneira decisiva para o engrandecimento das nossas coleções indígenas. O ministro do Império ESTEVAM RIBEIRO DE REZENDE, mais tarde marquês de Valença, por sugestão do diretor, dirige uma circular às presidências das províncias, exigindo que fôsem remetidos ao Museu «todos os produtos naturais dos seus territórios». Essa providência, de caráter nitidamente utilitário, se não trouxe resultados práticos teve a vantagem de ampliar sem esforço as coleções do instituto.

Em 1828 inicia-se um terceiro período da história do Museu, com a nomeação de Frei CUSTÓDIO ALVES SERRÃO para o cargo de diretor. Professor de física e de química na Escola Militar, o novo diretor viria, em princípio, dar maior realce ao papel de consultor sôbre matérias de interesse econômico que o Museu desempenhava desde a fundação. Assim foi julgada a sua atividade:

«O arranjo econômico e científico do estabelecimento, o estudo da física e química na Escola Militar, seriam por si sós trabalhos suficientes para ocupar todos os dias, tôdas as horas da vida de um homem robusto e ativo. Mas não eram estas as únicas occupações do digno diretor, nem as mais espinhosas: êle era obrigado a dar informações ao govêrno sôbre uma multidão de objetos diversos e, portanto, a trabalhar constantemente em análises químicas, ensaios metalúrgicos, projetos agrícolas; a dar pareceres sôbre estabelecimentos industriais, sôbre tentativas de mineração, sôbre descobrimentos de minas, sôbre extração de matérias de tintura, de óleos e, finalmente, sobretudo quando o govêrno queria ouvir a sua opinião, quer em objetos de interesse geral, quer a respeito de projetos particulares».

Deve-se, apesar de tudo, a êsse infatigável trabalhador os primeiros marcos de uma orientação superior e o impulso decisivo no sentido do progresso conveniente ao estabelecimento.

Duas iniciativas, por exemplo, imprimem novas feições ao Museu — a divisão em setores técnicos e a obrigatoriedade de cursos públicos das especialidades.

Data dessa mesma época o primeiro inventário das coleções do Museu. A 30 de abril de 1838 era apresentado pelo diretor, frei CUSTÓDIO, ao ministro do Império e por êle podemos estimar o vulto das nossas coleções etnográficas. Já figuravam ali quase tôdas as coleções exóticas que hoje possuímos, de quase nada acrescidas posteriormente — a coleção egípcia, como já referimos; a coleção africana; a coleção oceânica; a coleção da América boreal — tôdas elas ainda em exposição atualmente.

Com relação às coleções indígenas dizia o relatório — «Vestimentas; carapuças, cetros de penas matizadas de diferentes côres; enfeites de formas as mais variadas; armas de caça, de pesca e de guerra e mais de duzentos artefatos diferentes, peculiares a muitas das tribos dos aborígenes do Brasil».

Transcrevendo êsse relatório, estranha LADISLAU NETTO que nêle não figurassem peças que êle conhecia; isso faz supor que as listas fôssem abreviadas, representando apenas agrupamentos de objetos, segundo os assuntos, e não prôpriamente um catálogo completo.

Não seriam, de certo, nem muito bem organizadas, nem tão pouco bem conservadas aquelas coleções. Sôbre a falta de recursos, de pessoal e de meios várias vêzes o incansável diretor representara ao govêrno, receoso de que o Museu ficasse «reduzido aos armários vazios e à coleção mineralógica».

Os seus apelos, felizmente, tiveram eco — depois de muita insistência, consegui, finalmente, um regulamento que dava ao Museu «uma organização mais acomodada à melhor classificação e conservação dos objetos», na pitoresca linguagem do documento de 3 de fevereiro de 1842.

Foi êsse o primeiro regulamento dado ao Museu, quase um quarto de século depois da sua fundação.

Nêle já se encontram os fundamentos da estrutura de hoje — a divisão em quatro grandes setores de especialidades. O que nos diz respeito intitulava-se, então, — «De numismática, artes liberais, arqueologia, usos e costumes das nações antigas e modernas».

Não havia, entretanto, na época, nenhum candidato ao cargo, pois o art. 16 do regulamento dizia que «a seção de numismática e artes liberais será encarregada provisoriamente a algum dos diretores das outras seções». Não é, porém, surpreendente; além de mais nova que as companheiras — a botânica, a zoologia e a mineralogia — a etnografia estava inteiramente desligada dos interêsses práticos que nortearam os primeiros períodos da vida desta instituição, e até mesmo dos interêsses do ensino, tão acentuados quanto aqueles.

entretanto, a contribuição da malsinada *comissão das borboletas* à etnografia indígena do Brasil.

BURLAMAQUI, para melhor atender ao público, resolveu também transferir o dia de abertura de quinta para domingo, medida que passou a vigorar desde janeiro de 1848. Enfim, data dessa época a criação da nossa biblioteca, com um acervo de 3.000 volumes, mais da metade proveniente do espólio da extinta comissão científica.

Sob a direção do Conselheiro FREIRE ALEMÃO (1866-1874) começa o Museu Nacional a trilhar uma nova estrada. O animador das atividades que caracterizaram esse período não era o próprio FREIRE ALEMÃO, cansado já da árdua ascensão ao posto glorioso com que a ciência lhe acenara, mas sim um auxiliar ainda moço, de espírito atilado e decidida vontade de vencer.

Absorvendo, desde então, a vida administrativa do Museu, que o diretor-geral não tinha força para conduzir, LADISLAU NETTO foi assentando as bases do plano que tinha em mente realizar.

Data desse período a verdadeira participação do Museu na vida cultural da metrópole. Conferências públicas com a presença do Imperador e de prestigiosas figuras da diplomacia, das ciências e das letras, farto noticiário nos jornais, deram ao Museu uma individualidade própria, tornaram permanente e viva a sua presença e quase indispensável o seu pronunciamento sobre as novidades da época.

Preparado o ambiente, LADISLAU NETTO, que desde 1870 vinha exercendo a direção geral como interino, lança a sua grande reforma de 1876.

Essa reforma, que dá novo alento ao instituto, traz uma novidade que merece consideração — o regulamento anterior, isto é, o de 1842, dividia o Museu em quatro seções técnicas, sendo que a quarta era exatamente a que nos interessa no momento, a de «numismática, artes liberais, arqueologia, usos e costumes das nações antigas e modernas».

O regulamento de 1876, entretanto, dividia o Museu Nacional em três seções apenas:

- 1.^a De antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal;
- 2.^a De botânica geral e aplicada, e paleontologia vegetal;
- 3.^a De ciências físicas, mineralogia, geologia e paleontologia geral.

O art. 3.^o, então, dizia:

«Enquanto se não realizar a criação de estabelecimento especial para o estudo de arqueologia, etnografia e numismática, constituirão estas matérias uma seção anexa ao Museu Nacional». Especificando

as atribuições do diretor, dizia ainda o regulamento que lhe competia «dirigir a seção provisoriamente anexa» ao Museu.

A decisão de LADISLAU NETTO, firmada por um regulamento, era de um alcance extraordinário e poderia ter mudado completamente a feição do nosso tradicional instituto.

Na realidade parece que durante muito tempo aquela concepção de ciência aplicada, que já assinalamos como característica dos primeiros períodos, deixaria a etnografia, como era entendida então, num plano bastante secundário. Aliás, dos dez regimentos que o museu já já teve, só o último, o atual, fala de «ciências naturais e antropológicas», na definição das suas finalidades. Esse fato, porém, não teria maior significação porque os museus de *História Natural* de todo o mundo incluem material antropológico e etnográfico, sem necessidade de um preâmbulo explicativo.

O regulamento de 1876, entretanto, estabelece de maneira indiscutível a separação desse setor. Convém lembrar que o nome de LADISLAU NETTO é hoje mais familiar aos antropólogos que aos botânicos — indeciso entre as duas especialidades, talvez tivesse, êle próprio, adiado a separação que impusera pelo regulamento...

Por volta de 1870 as coleções de etnografia do Museu ocupavam duas saletas, uma sala e um grande salão, todos no pavimento superior do edifício do Campo de Santana, onde hoje funciona o Arquivo Nacional.

Na primeira saleta havia nove armários, com o material de Pompéia e greco-romano, oferta do imperador; essa coleção era composta, segundo LADISLAU NETTO, de duzentas e sessenta peças, muitas das quais poderão ser vistas nas novas exposições.

Um único armário, além de uma prateleira alta, era destinado à coleção de arqueologia do Brasil. Assim a descreve LADISLAU NETTO — «Esta coleção que conta atualmente perto de cem diferentes objetos e que, sem receio de demasiarmos no acêrto, apresentamos como a mais rica de quantas existem em seu gênero, na Europa, é composta de artefatos encontrados em escavações ou no leito de rios e de lagoas de vários pontos do Império».

A sala que se seguia a essa ficara conhecida como «gabinete dos medalheiros», «por ai se acharem, dentro dos móveis envidraçados do centro, tôdas as medalhas da coleção numismática». Nela, em onze armários, estavam arrumadas as coleções da África, Oceânia e América Boreal, que continuam a figurar nas nossas exposições. Inclusive o caiaque, sôbre três dos referidos armários.

A outra saleta era ocupada pela coleção do Egito, disposta em sete armários; algumas estelas, entretanto, ficavam numa das entradas do edifício. «Três múmias bem conservadas ainda e dispostas no meio do aposento, em caixões envidraçados, são os objetos que atraem logo

as vistas do visitante quando êle vai penetrando nesta saleta", narra LADISLAU.

O mesmo diretor assim descreve a peça seguinte: "E' êste o salão mais importante que oferece o Museu Nacional. Digo mais importante porque o vasto e rico gabinete mineralógico (salão 5) de que já apresentamos aqui um ligeiro cômputo, iguais e até melhores se lhe pode antepor nos museus europeus, enquanto que êste salão possui a mais completa coleção etnográfica que jamais se viu de nossas numerosas tribos indígenas». Dos dezessete armários dispostos nesse salão, dois eram ocupados pelas coleções bolivianas, oferecidas em 1868 ao Museu pelo conselheiro LOPES NETTO, e por algumas peças peruanas, além de uns poucos moldes de antiguidades mexicanas. Um terceiro estava ocupado com divindades indianas e vários objetos diversos, de sorte que, ao todo, quinze armários eram ocupados pelas coleções indígenas.

LADISLAU NETTO discrimina o material por armários e assim podemos verificar que grande parte das tribos amazônicas e das vizinhanças das grandes vias fluviais e de penetração, já estava representada nas nossas coleções: Mundurucus, Apicás, Maués, Uaupés, Tucunas, Muras e muitas outras. Esse material não deveria apresentar outras indicações, além da proveniência, quando apresentava alguma. Para as exigências da época seriam suficientes, mas hoje não mais se justificaria tamanho simplismo.

Em 1882, finalmente, um acontecimento de enorme repercussão e decisiva importância é inscrito nos anais da etnografia brasileira. A Exposição Antropológica, ideada por LADISLAU NETTO, representa uma conquista singular. Quando se considera que o primeiro museu de etnografia da França, fundado em 1877 graças ao esforço de HAMY, sucessor de A. DE QUATREFAGES no ensino oficial de antropologia, só foi instalado em 1879, é deveras surpreendente que no Brasil, três anos após se conseguisse levar avante um empreendimento de tal vulto.

E já que chamamos a atenção para o fato de exibirmos coleções etnográficas mais ou menos bem organizadas, numa época em que mal se constituíra o Museu do Trocadero, lembremos mais, que GONÇALVES DIAS, muitos anos antes da fundação do museu francês e da realização da exposição brasileira, reunira, como membro da célebre Comissão Científica, de 1859 a 1861, copioso material, parte do qual se acha ainda hoje no Museu, e parte no Instituto Histórico.

Assim descreve LACERDA o grande acontecimento:

«Armaram-se nas salas da exposição cabanas com as redes e apetrechos domésticos do índio, canoas e ubás, como no ato da pesca; figuras de índio na caça, tudo por imitação do natural (Figs. 1 e 2).

As belas coleções de ornatos e vestimentas de penas, que o Museu já possuía, ficaram num arranjo mais artístico; as armas, as flechas, os maracás, os borês, os tacapes, as zarabatanas, os arcos ocupavam

grande extensão da sala; os machados de pedra, os polidores, os instrumentos de sienito, os almofarizes, os tembetás, etc., formavam, pela sua regular disposição, quadros dignos de ver-se e comparar-se.

«O curare nas suas cabacinhas e panelinhas de argila, as setas, as aljavas, os curabis de caça hervados na ponta com aquêlê veneno, constituíam um grupo de objetos que interessava sobretudo ao fisiologista.

«Amostras de carvão, de ossos de aves e de espinhas de peixes extraídas dos sambaquis, uma planta topográfica dessas esquisitas formações conchiológicas; crânios humanos e esqueletos dali procedentes, utensílios de pedra e pontas de flecha formavam outro grupo que atraía a atenção dos visitantes.

«A seção de cerâmica avultava pelo grande número de amostras vindas de Marajó, mais ou menos bem coordenadas.

Cada espécie de amostra correspondia a uma tribo, tornando-se destarte fácil fazer-se a comparação entre os artefatos da mesma espécie, pertencentes a tribos diferentes».

O interêsse de LADISLAU NETTO — o mesmo que estabelecera a separação da etnografia do Museu Nacional — pelos problemas americanistas, foi o mais sólido baluarte dessa ciência no nosso meio, nas três últimas décadas do século passado. Em 1888 iria êle representar o Brasil e o Museu Nacional no Congresso de Americanistas, que se reuniu em Berlim, levando material cerâmico de Marajó, provàvelmente daquele mesmo que pessoalmente coletara para a Exposição Antropológica.

No regulamento dêsse mesmo ano de 88, o último que nos foi dado pelo império, voltavam a figurar, como integrantes do instituto, as quatro seções com os nomes já bastante simplificados. A quarta chamava-se apenas «seção de antropologia, etnologia e arqueologia». O regulamento seguinte, que é de 1890, conservou a mesma estrutura e os mesmos títulos, mas em compensação tornou-se mais pretenciosa a definição das finalidades: «estudar a História Natural do Globo e em particular a do Brasil"... Conta LACERDA que êsse regulamento, que qualificou de «peça de arrôcho», teve sôbre os professores do Museu «o efeito de um peloiro». A estrêla de LADISLAU NETTO começara a bruxolear e em breve outras mãos tomariam o govêrno da casa. Antes, porém, teria o Museu um novo prédio, êste que ainda hoje ocupa, herança do imperador que tanto prestigiara o velho instituto e dádiva graciosa da República recém-nascida. Essa mudança, narra LACERDA, «que levou a efetuar-se cêrca de dois meses, sendo os objetos transportados sôbre trilhos, em vagonetes, até a Quinta da Boa Vista, custou, apesar do zêlo com que se houveram os funcionários do Museu, a perda de muitos espécimes das coleções. Em 25 de julho de 1892 o Museu estava totalmente transferido».

J. B. DE LACERDA, um antropologista, assume em 1895 a direção do Museu, disposto a resolver os graves problemas originados durante

a passada administração e a promover o arranjo definitivo das coleções e dos laboratórios na nova casa.

A falta de adaptação do prédio fôra ainda agravada pela construção de um grande pavilhão no pátio central, onde funcionou o Congresso Constituinte, de sorte que a primeira e mais urgente tarefa do novo diretor foi promover, com os poucos recursos do orçamento normal, uma reforma que ao menos tornasse possível a plena utilização da área total.

Liberto o grande pátio central da construção improvisada, a luz e o ar voltaram a circular livremente. Em tórno «abriu-se uma galeria mui extensa», onde foram expostas «panoplias de armas indígenas e diversas antiguidades egípcias».

A obra de remodelação prosseguia — «construiu-se uma extensa galeria, em três planos superpostos, bem iluminada, suspensa por colunas de ferro e com uma balaustrada em volta», escreveu o próprio diretor. Com a construção de uma segunda galeria, em posição simétrica à primeira, concluída um pouco mais tarde, consideraria LACERDA ultimada a adaptação do edificio (Fig. 3).

O mobiliário ia sendo aos poucos renovado — «os velhos armários foram substituídos por novos, de formas mais leves e elegantes e cada sala ficou sendo conhecida pelo nome de um naturalista nacional ou estrangeiro».

Era esta a fisionomia do nosso Museu na primeira década do presente século. Ao iniciar-se a segunda, porém, o aspecto das exposições seria quase completamente transformado pela utilização de armários padronizados, os mesmos esplêndidos armários que hoje figuram nas novas exposições.

A fisionomia interna do edificio, entretanto, só tornaria a ser alterada de maneira sensível depois de 1928, quando o Professor ROQUETTE-PINTO fêz desaparecer as inconvenientes galerias, que roubavam espaço e mascaravam a amplitude das nossas melhores salas (Figs. 4 e 5).

Com relação ao material das exposições assim se exprimia LACERDA em 1905: «As coleções etnográficas do Museu Nacional, no referente às raças indígenas do Brasil, não podem ser consideradas inferiores às que existem nos outros museus da América. Em objetos de enfeite e de adorno, de armas e de utensílios, creio que nenhum pode com êle competir».

Daquela data em diante as coleções continuaram a crescer e todos aquêles que passaram pela 4.^a seção — assim se referem os velhos servidores desta casa ao setor de antropologia — procuraram melhorar e atualizar as suas exposições.

As gerações de hoje — de hoje pela idade ou pelo espírito — cumprem por sua vez o mesmo dever.

As exposições recém-inauguradas nada mais pretendem senão estar em correspondência com o espírito e as exigências do momento. Veremos o que isso representa.

Ninguém melhor que RIVET, o idealizador do Museu do Homem, definiu com mais clareza e simplicidade a função do museu moderno, cuja existência deve estar a serviço da coletividade, e a técnica a ser empregada para atingir os seus objetivos: «O seu fim será dar ao visitante idéias claras e precisas, desenrolar para êle os fatos essenciais, sem o fatigar com uma documentação excessiva. As peças antropológicas ou etnográficas serão escolhidas entre as mais típicas e se evitará cuidadosamente a apresentação de séries numerosas, onde a atenção se cansa e se dispersa».

Esses princípios foram rigorosamente observados. Será fácil, para aqueles que conheceram as antigas exposições, verificar as mudanças radicais operadas nesse particular. Houve, sem dúvida, uma visível diminuição da quantidade de material exposto, mas houve também valorização e planejamento adequados dos diferentes conjuntos, que se tornaram mais compreensivos, mais atraentes e mais racionalizados. A parte da antropologia física dispõe atualmente de dez armários, de duas grandes vitrines, hábil aproveitamento de vãos de porta, fechados por conveniência de circulação (Figs. 7 e 8).

A ciência em si mesma, isto é, a sua conceituação, os seus processos de estudo, os seus campos de pesquisa, a sua aplicação aos problemas brasileiros, acha-se ali documentada de uma forma capaz de despertar o interesse do grande público.

O primeiro conjunto é composto de três armários e foi destinado, por estar ao lado de pequena sala ainda não arrumada, mas que deverá ser de paleontologia humana, às coleções de paleoantropologia do Brasil. Ali estão os representantes das camadas mais primitivas de povoamento da América — o «homem de Lagoa Santa», o «homem dos Sambaquis» e os Botocudos, últimos remanescentes da mesma entidade racial.

Na grande vitrine que se segue estão os esqueletos de primatas, e vários gráficos indicam as linhas gerais da evolução e revelam as diferenciações anatômicas dos ramos divergentes ali representados (Fig 8).

Cada armário seguinte representa uma unidade mais ou menos definida — sexo e idade, tipos brasileiros e indígenas do Brasil. Surge então uma nova vitrine, onde foram reunidos vários bustos de indígenas e um corpo inteiro de índio botocudo, trabalho realizado em 1882 para a exposição antropológica. O último armário desse mesmo lado foi consagrado ao estudo das raças e da sua caracterização. Do lado oposto temos mais três armários, além daquele dedicado ao Homem de Lagoa Santa — um de técnica antropométrica, outro de deformações étnicas e o terceiro de Tipos constitucionais e anatomia

étnica. No fundo desse mesmo salão uma grande vitrine exhibe belísimos vasos gregos, cartão de visitas da sala seguinte.

Cerâmica etrusca e greco-romana, terra-cotas e peças de vidro, bronzes de Pompéia e ânforas gregas, ali está apenas uma parte selecionada da encantadora coleção herdada do império, disposta em seis armários comuns, convenientemente adaptados (Fig. 9).

A coleção egípcia ocupa três salas, com dois armários comuns e várias vitrines, além das mesas dos sarcófagos (Figs. 10 e 11).

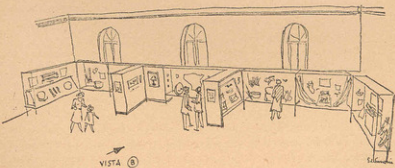
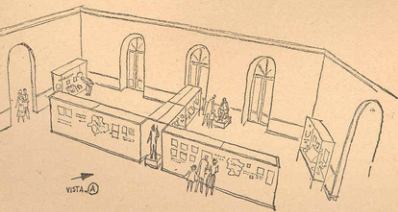
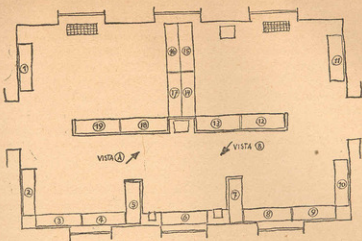
Peru, México e América, em geral, ocupam as quatro pequenas salas seguintes, com um número relativamente reduzido de armários e estudada valorização dos elementos (Fig. 12).

A grande sala de arqueologia brasileira, tem dezoito armários e um caixão central com grandes urnas — a própria apresentação sugere a amplitude e a relevância do tema. Culturas amazônicas e litorâneas ali se encontram documentadas por uma seleção de peças características, muito menos numerosa que a exposta anteriormente, mas sem dúvida nenhuma muito mais expressiva, em virtude do agrupamento em unidades definidas, de base lógica facilmente perceptível (Fig. 13).

Na primeira sala de etnografia, um arranjo extraordinariamente feliz permitiu que ali ficassem representados, em quatro grandes unidades de espaço, os quatro grandes grupos lingüístico-culturais. (Figs. I, II e III). Ali estão os Gê, representados pelos Canela, tão queridos de CURT NIMUENDAJU; os Aruaque, principalmente pelos Parecí, aquêles mesmos Parecí de RONDON e de ROQUETTE PINTO; os Cariba do Xingu, numa evocação de VON DEN STEINEN; finalmente os Tupi-guarani, nos cronistas, dos primeiros viajantes e etnógrafos, de RAIMUNDO LOPES e do plano de pesquisa sistemática dos seus remanescentes empreendido pelo Museu Nacional. Em vez do agrupamento de material por tribos, nomes em geral de difícil memorização e quase nenhum conteúdo real, ou por regiões geográficas, pouco favorável à discriminação das culturas, o critério adotado facilita a fixação de uma imagem mais ou menos definida e mais correta, que é a da reunião das tribos em grandes unidades de língua e de cultura. Como a existência desses quatro grupos é ensinada nos cursos secundários, a nova apresentação tem um valor ilustrativo muito maior.

Na outra sala estão representados alguns traços ou complexos de cultura, em arranjos obedientes ao mesmo critério de museu para o grande público. Ali são exibidos, em conjuntos que quase dispensariam legendas, o fumo, o paricá, o guaraná, o curare, a navegação (Fig. 14).

Foi ainda o mesmo critério que impôs a escolha dos grupos de língua isolada, que figuram no outro grande salão, simetricamente disposto em relação ao de arqueologia brasileira. Não figuram ali os grupos que oferecem interesse especial para o antropólogo, mas sim os



que têm existência real no conhecimento do povo — Borôro, Carajá, Nambiquara (Fig. 15).

Um dos extremos dessa sala, fechado por grandes e vistosas vitrines com máscaras e bastões de dança, foi reservado para a representação de uma área geográfico-cultural, o Alto Amazonas. A caracterização é das mais impressionantes.

África, América do Norte, Oceânia ocupam as salas seguintes, inclusive aquelas que ainda conservam a dignidade de Palácio Imperial — a do trôno (América do Norte) e a dos embaixadores, (Oceânia) com tetos esplendidamente decorados (Fig. 16).

A área anteriormente ocupada pelas exposições de Antropologia era de 1.269,49 metros quadrados, enquanto a área atual, franqueada ao público, é de 1.088,42. Uma diferença, por conseguinte, de 181,07 metros quadrados. É verdade que a área definitiva deve ser maior, porque não foram preparadas as salas de paleontologia humana e de etnografia regional, já previstas. Só este último setor mereceria um museu, mas infelizmente a bela iniciativa de ROQUETTE PINTO, o organizador da chamada coleção sertaneja, que teve uma sala com o nome de EUCLIDES DA CUNHA ainda não teve o desenvolvimento que merece.

O número total de armários também diminuiu bastante, pois, em vez de 132, temos atualmente 105 em exposição. É preciso lembrar, contudo, que esse número só se refere aos armários padronizados e contamos ainda com 16 vitrines embutidas.

Enfim, aí está o que foi possível fazer.

Um fato, entre todos, merece especial realce — pela primeira vez na história do Museu Nacional, a tarefa de preparar uma exposição escapa à rotina dos afazeres do pesquisador e passa a ser executada, ou antes, dirigida por um especialista nessa nova técnica, que é a museografia. Dizer das vantagens decorrentes de tal recurso seria inútil — quem pensaria em discutir a conveniência de melhor e mais acertada partilha de atribuições ou os benefícios de uma especialização rigorosa?

As finalidades essenciais de um museu moderno só podem ser integralmente atingidas com o auxílio da arte de projetar exposições. Melhor que as considerações que possamos fazer, falam os resultados obtidos. Não há negar que o avanço sobre as anteriores exposições foi enorme, e a bem da verdade deve ser lembrado que a liberdade do decorador sofreu as mais sérias restrições — armários já padronizados, falta de adaptação funcional do prédio, escassez de recursos materiais. O que foi feito representa o máximo que se pôde conseguir dentro das condições impostas, mas está ainda um pouco longe daquilo que se poderia exigir. Não se suponha, sobretudo, que os resultados conseguidos nos pareçam perfeitos. Fácil seria apontar deficiências, mas certo é que o notável progresso sobre as anteriores as tornam quase imperceptíveis. Responsável pela maior parte das falhas foi a falta, no momento, de depósitos convenientes para as coleções de estudo, que

são ao mesmo tempo as reservas destinadas não só ao suprimento, como à renovação periódica dos grupos expostos. É essa renovação, aliás, que confere aos museus um atualismo vivificante e os transforma em centros de permanente interesse para a coletividade.

Por outro lado, o problema de espaço torna-se cada dia mais grave. Instalado nesta casa desde 1892, isto é, há mais de meio século, as coleções jamais deixaram de ser aumentadas e nesses últimos anos o foram em proporções imprevistas. O aumento de pessoal importou também em aumento de instalações. Nenhum acréscimo ponderável de área, entretanto, veio compensar esse desenvolvimento natural do organismo que aqui funciona. É fácil compreender a impossibilidade de permanência de uma tal situação sem lamentáveis prejuízos para o instituto e para o completo e conveniente desempenho das suas atribuições. Assim, o planejamento das nossas exposições de antropologia teve um limite imposto não pelas convenções técnicas ou pelos preceitos científicos, mas sim pelas contingências de espaço. A representação indígena foi reduzida ao mínimo, muito embora, como já acentuamos, a justa e adequada valorização dos agrupamentos tivessem tornado muito mais ilustrativos e incomparavelmente mais atraentes os vários conjuntos. O mesmo aconteceu com a arqueologia clássica.

No mapa etnográfico que figura na exposição foram assinalados, para o grupo tupi-guarani 21 tribos — quatro apenas estão representadas na exposição; no grupo Aruaque estão assinaladas 17 e somente 2 estão ali representadas; no grupo Gê, estão assinaladas 13 e somente uma está representada, juntamente com os Caingang; no grupo Cariba estão assinaladas 15 tribos e somente 2 estão representadas. Foram igualmente assinalados 36 grupos de língua isolada, mas apenas quatro estão representados na exposição.

É evidente que não se justificaria a preocupação de representar todas as tribos de um mesmo grupo; a repetição de elementos semelhantes seria absolutamente inconveniente, pois a análise minuciosa e exaustiva é assunto de interesse do especialista e não do público.

Queríamos apenas lembrar que as exposições atuais não podem ser consideradas pelos especialistas, obra completa e acabada. Muito será preciso fazer, antes que possamos exhibir coleções padrões, não só do ponto de vista da escolha do material, como do preparo de etiquetas convenientemente dosadas.

O passo que acabamos de dar parece-nos, contudo, decisivo, senão do ponto de vista puramente científico, ao menos do ponto de vista estético ou museográfico.

Nesse particular acreditamos mesmo que o trabalho realizado represente uma verdadeira obra de vanguarda e não uma simples atualização, isto é, fomos um pouco além daquilo que se encontra convencionalizado como *atual* em grandes centros culturais do mundo, principalmente europeus. Essa obra de vanguarda é uma iniciativa da Diretoria do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e já se estendeu a vários museus do Brasil. No Museu Nacional, como no da Inconfidência, foi realizada por GEORGES JULIEN SIMONI, artista de recursos inesgotáveis e que revelou um extraordinário espírito de cooperação e a mais resistente paciência que se possa imaginar... e invejar. A divisão de antropologia do Museu ficará permanentemente agradecida por tudo que êle fez e até pelo que deixou de fazer... por nossa causa. O arranjo das novas exposições de antropologia e arqueologia é obra exclusiva de SIMONI e a êle devem ser tributadas tôdas as nossas homenagens.

A observação atenta e imparcial do método adotado na apresentação das nossas coleções leva-nos, por um dever de consciência, a não calar um pequeno comentário.

O critério de curiosidade, dominante nos primeiros museus, foi definitivamente suprimido não apenas pelo aperfeiçoamento, digamos mesmo criação, de uma nova técnica museográfica, mas sobretudo, pela mais exata definição dos verdadeiros objetivos de tais institutos. Pareceu-nos, contudo, lobrigar na nova técnica uma tendência para supervalorizar as condições de apresentação dos elementos, criando assim um preciosismo capaz de nos fazer voltar, por paradoxal que isso pareça, ao tempo dos mostruários de coisas raras, isto é, aos museus de curiosidades.

Essa mesma tendência parece exercer, sobre o grave problema das legendas, uma influência que deve ser quanto antes combatida, pois chega a dar origem a uma verdadeira repulsa aos dizeres e comentários que realizam a função primordial dos museus, por excessiva consideração para com os valores estéticos dos arranjos, que passam, assim, a representar um fim e não um processo apenas.

A legenda passou a ser uma coisa *que enfeia* e a lição de ciência deve obedecer ao princípio de equilíbrio de volumes. O Bendegó, que é simplesmente o Bendegó, tem direito a meio metro de legenda, um muiraquitá a meio centímetro...

As exposições atuais representam o máximo de esforço e de cooperação e o resultado do mais perfeito entendimento entre os especialistas e o admirável artista que é SIMONI. Elas são destinadas ao grande público e é dêle que esperamos o julgamento definitivo.

LEGENDAS

1. Aspecto da Exposição Antropológica de 1882.
2. Um dos grandes painéis da Exposição Antropológica de 1882.
3. Antiga sala Batista Caetano (hoje de Arqueologia Americana). Ao fundo a antiga sala Hartt, com a galeria aberta por Lacerda e retirada por Roquette-Pinto (hoje sala de Arqueologia Brasileira). No primeiro plano um índio Botucudo, modelado do natural em 1882, para a Exposição Antropológica, pelo escultor Despres; completamente restaurado, figura hoje numa das vitrines de antropologia física.
4. Aspecto da antiga sala Castelnau, ainda com as suas colunas centrais.
5. Aspecto da mesma sala Castelnau, já sem as colunas, depois da reforma de Roquete-Pinto.
6. Antiga sala Gabriel Soares, hoje ocupada pela representação dos quatro grandes grupos linguístico-culturais (Aruaque, Caribe, Gê e Tupi-Guarani). Com o novo arranjo, ao invés de 14, figuram 19 armários.

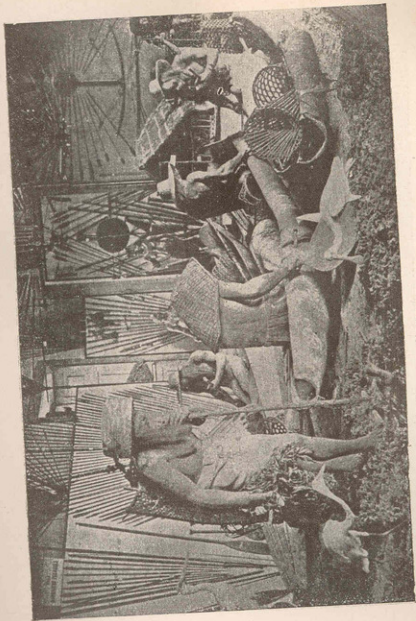


Fig. 1

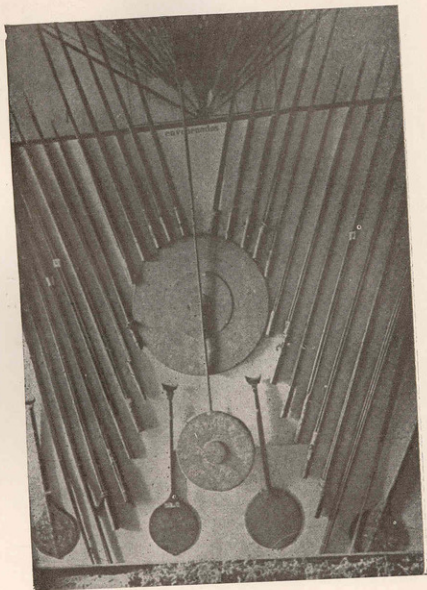


Fig. 2

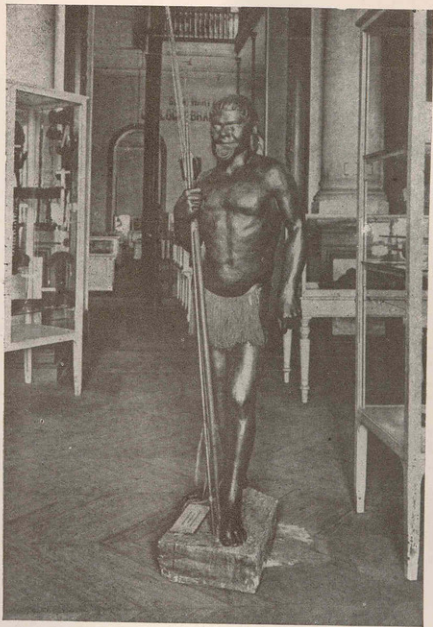


Fig. 3

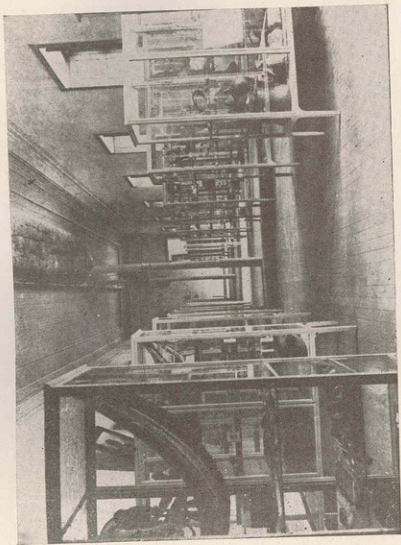


Fig. 4

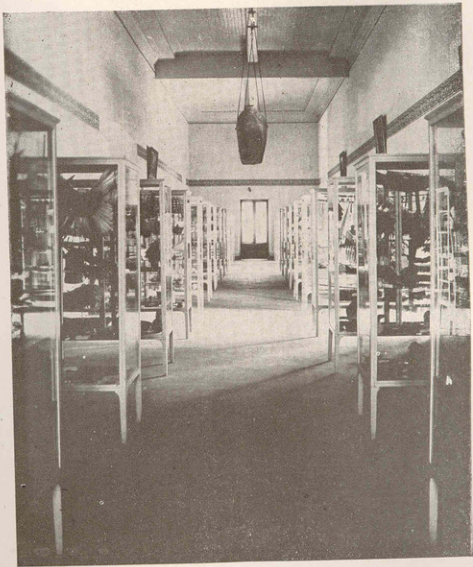


Fig. 5

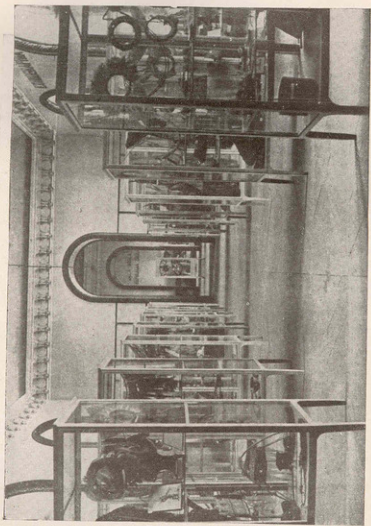


Fig. 6

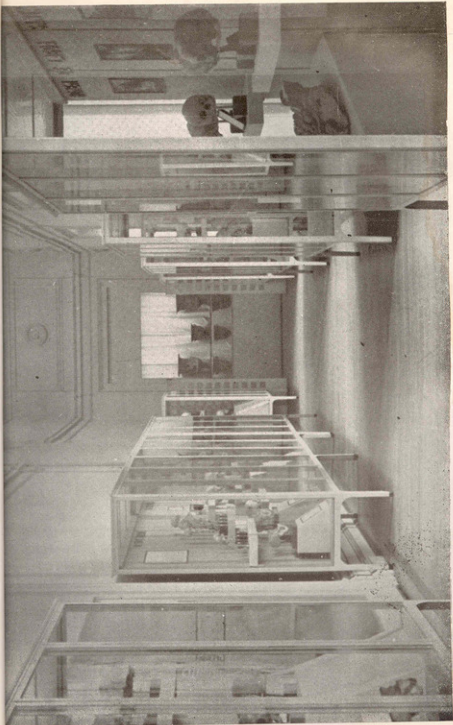
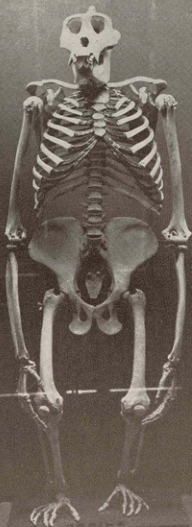
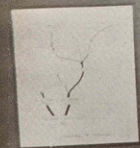


Fig. 7



PRIMATAS

Fig. 8



Fig. 9



Fig. 10



Fig. 11

PERU



Fig. 12

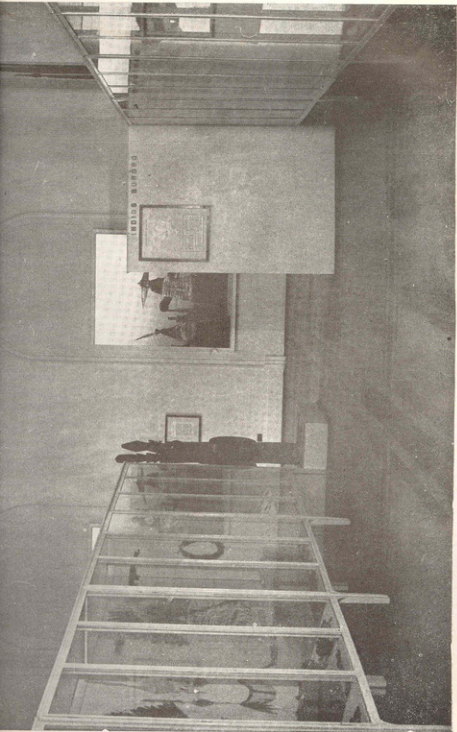


SAMBAQUIL

Fig. 13



Fig. 14



AFRIC

